MINUTO BARRA

DELEGADO, POLICIAIS E ADVOGADO SÃO PRESOS SUSPEITOS DE CORRUPÇÃO NO MARANHÃO

Publicado em 28/06/2017 por Minuto Barra

Categoria: Notícias

Blog Minuto Barra, o Portal de Notícias do Gildásio Brito

Redação: G1/MA

Um delegado da Polícia Civil, um carcereiro, um agente da Polícia Civil e um advogado foram presos acusados de formação de quadrilha, em Açailândia. Eles já vinham sendo investigados desde 2016.

Delegado Thiago Philipini foi preso por suspeita de corrupção, no Maranhão (Foto: Reprodução/TV Mirante)Uma equipe inteira da Polícia Civil e mais um advogado foram presos na manhã desta quarta-feira (28), em Açailândia, distante 550 km de São Luís, por integrarem uma quadrilha que usava a própria delegacia da cidade (1º DP) como local para negociatas, de acordo com o delegado geral de Polícia Civil do Maranhão, Lawrence Melo. Pelo menos quatro casos estão sendo investigados.

O delegado Thiago Philipini, o investigador Glauber Santos da Costa, a escrivã Sylvia Helena Alves, o carcereiro Mauricélio da Costa Silva e o advogado Eric Nascimento Carosi foram presos preventivamente na própria cidade onde trabalhavam e encaminhados para São Luís no fim desta manhã por meio de um helicóptero policial do Centro Tático Aéreo (CTA).

“Uma investigação conduzida pela Superintendência Estadual de Combate a Corrupção, vinculada à Polícia Civil, teve início a partir de denúncias realizadas no Ministério Público em Açailândia sob a conduta de policiais civis com a participação de um advogado formando uma verdadeira

organização criminosa, que buscava desvirtuar todas as obrigações legais que aquela equipe deveria estar praticando", disse o delegado geral.

De acordo com as investigações, eles negociavam com as pessoas conduzidas à delegacia em vez de iniciarem o procedimento legal. A negociação tinha por objetivo a liberação dos detidos mediante pagamento de propina que variava de acordo com o crime cometido.

"Foram reiteradas situações e algumas já estão formalizadas com provas testemunhais e materiais. O valor exigido pela organização criminosa dependia da gravidade do delito, mas não tem como informar ainda um valor preciso", declarou o delegado geral.

Em um dos casos, Lawrence Melo revelou que o delegado preso chegou a retirar o que já havia sido inserido no sistema da Polícia Civil, mas as alterações ficaram registradas e serviram para comprovar as ações suspeitas do grupo.

Eles devem responder por concussão (crime praticado por funcionário público que busca vantagens pra si e para outros), corrupção passiva e organização criminosa.